

UMA NAÇÃO ENCRAVADA ENTRE DOIS ESTADOS: TENSÕES TRANSFRONTEIRIÇAS E IDENTIDADES EM CONFLITO NO PAÍS BASCO

Armando Henrique Silva Semeão¹ (UEM)
armandohssemeao@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho discute a complexa construção identitária do País Basco, território historicamente situado entre a Espanha e a França, marcado por disputas políticas, culturais e simbólicas que atravessam gerações. A introdução do estudo contextualiza o País Basco como uma nação sem Estado, cuja identidade coletiva foi moldada por fronteiras impostas, políticas centralizadoras e conflitos relacionados ao reconhecimento cultural e linguístico. O objetivo central consiste em compreender de que forma as tensões transfronteiriças influenciam a formação das identidades bascas e alimentam conflitos políticos e sociais ao longo do tempo. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de natureza bibliográfica, fundamentada na análise crítica de obras acadêmicas e artigos científicos publicados em periódicos reconhecidos, priorizando produções recentes e consolidadas sobre nacionalismo, identidade e violência política. Os resultados indicam que o conflito basco não pode ser reduzido a episódios de violência armada, pois envolve disputas mais amplas ligadas à memória coletiva, à língua, à autonomia política e ao pertencimento territorial. Observa-se que a persistência dessas tensões reflete a dificuldade dos Estados nacionais em lidar com identidades plurais, reforçando a relevância do debate sobre democracia plurinacional e reconhecimento cultural no cenário europeu contemporâneo.

Palavras-chave: País Basco; Identidade nacional; Tensões transfronteiriças; Nacionalismo.

1 INTRODUÇÃO

O País Basco ocupa um espaço singular no mapa político europeu, não apenas por sua localização geográfica entre a Espanha e a França, mas, sobretudo, pela forte identidade cultural e histórica que resiste às fronteiras estatais. Trata-se de uma região marcada por uma língua própria, tradições ancestrais e uma memória coletiva construída a partir de experiências de dominação, repressão e reivindicação de autonomia. Ao longo do século XX e início do século XXI, essas características deram origem a conflitos políticos intensos, que extrapolaram

¹ Pós-graduando em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Graduado em Direito pela Universidade Estadual de Maringá. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4005455445921510>

o campo institucional e alcançaram dimensões sociais e simbólicas profundas, conforme discutido por Keating (2001) e Argomaniz (2023).

Nesse contexto, as tensões transfronteiriças assumem papel central, pois o povo basco encontra-se dividido entre dois Estados que adotaram estratégias distintas, mas igualmente limitadoras, no que se refere ao reconhecimento de sua singularidade cultural e política. A imposição de modelos nacionais homogêneos contribuiu para o fortalecimento de sentimentos de exclusão e para a emergência de movimentos que passaram a reivindicar maior autonomia ou independência, processo analisado por De Luna (2017) e aprofundado em estudos mais recentes sobre identidade e violência política no território basco.

A relevância deste trabalho reside na necessidade de compreender o conflito basco para além das narrativas simplificadas que o associam apenas ao terrorismo ou à violência armada. A problemática que orienta a pesquisa pode ser sintetizada na seguinte questão: de que maneira as tensões transfronteiriças entre Espanha e França contribuíram para a consolidação de identidades em conflito no País Basco?

Diante disso, o objetivo geral do estudo é analisar como a condição de nação sem Estado influencia a construção identitária do povo basco e sustenta conflitos políticos e sociais persistentes. Como objetivos específicos, busca-se discutir o papel da memória histórica, da língua e das políticas estatais na configuração dessas tensões, bem como refletir sobre os limites dos Estados nacionais frente a identidades plurais.

No que se refere à metodologia, o trabalho adota a pesquisa bibliográfica como procedimento central, apoiando-se em produções acadêmicas que abordam nacionalismo, identidade, violência política e pluralismo democrático. Foram utilizados descritores como “País Basco”, “identidade nacional”, “tensões transfronteiriças” e “nações sem Estado”. Os critérios de inclusão consideraram obras publicadas em periódicos científicos reconhecidos e livros amplamente citados na área, enquanto foram excluídos textos opinativos sem respaldo acadêmico ou fontes sem rigor metodológico.

2 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza bibliográfica, desenvolvida a partir da análise sistemática de livros e artigos científicos que tratam do País Basco, do

nacionalismo e das identidades em conflito. A opção por esse tipo de pesquisa justifica-se pela possibilidade de reunir diferentes interpretações teóricas e empíricas já consolidadas, permitindo uma leitura crítica e articulada do fenômeno estudado. A pesquisa bibliográfica mostra-se adequada quando o objetivo é compreender processos históricos, sociais e políticos complexos, uma vez que possibilita o diálogo entre autores de distintas abordagens teóricas, conforme defende Gil (2019).

O levantamento do material foi realizado em bases acadêmicas reconhecidas, priorizando produções recentes e obras de referência amplamente utilizadas nos estudos sobre nações sem Estado e conflitos identitários. A análise dos textos ocorreu de forma qualitativa, buscando identificar convergências, tensões e lacunas nos debates apresentados pelos autores selecionados. Essa estratégia permitiu uma compreensão mais ampla do conflito basco, evitando leituras fragmentadas e contribuindo para a construção de uma interpretação coerente e fundamentada sobre as tensões transfronteiriças e identidades em disputa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O País Basco constitui um exemplo emblemático de como identidades coletivas podem entrar em choque com os projetos políticos dos Estados Nacionais. A divisão do território entre Espanha e França não significou a fragmentação da identidade basca, mas, ao contrário, reforçou sentimentos de pertencimento e resistência cultural, como apontado por Keating (2001), De Luna (2017) e Argomaniz (2023). Esses autores demonstram que a negação do reconhecimento pleno da identidade basca contribuiu para a intensificação dos conflitos ao longo do tempo.

No campo político, a emergência de movimentos nacionalistas e a atuação de grupos armados devem ser compreendidas dentro de um contexto mais amplo de exclusão institucional e repressão cultural. Argomaniz (2023), ao analisar os movimentos civis no País Basco, evidencia que a sociedade basca não pode ser reduzida à violência, pois houve também expressivas iniciativas de resistência pacífica e mobilização social. Essa perspectiva dialoga com Keating (2001), ao destacar que nações sem Estado tendem a buscar formas alternativas de participação política quando os canais institucionais se mostram insuficientes.

A língua basca, enquanto marcador identitário, tornou-se elemento de afirmação coletiva e, simultaneamente, alvo de políticas restritivas, como discutido por De Luna (2017), Bengoetxea et al. (2025) e Argomaniz (2023). Esses estudos mostram que a preservação linguística ultrapassa o campo simbólico, funcionando como estratégia de resistência e de manutenção da memória coletiva em contextos de pressão assimilacionista.

Keating (2001) aponta que a fragmentação territorial imposta entre Espanha e França gerou arranjos institucionais desiguais, criando percepções distintas de pertencimento e cidadania. Esse cenário é aprofundado por De Luna (2017), ao demonstrar que a memória coletiva basca se constrói em constante comparação entre experiências de repressão, tolerância e invisibilização cultural. Ao dialogar com esse contexto, Argomaniz (2023) evidencia que tais assimetrias alimentam sentimentos de injustiça histórica, que se refletem tanto em mobilizações políticas quanto em processos cotidianos de afirmação identitária, reforçando a ideia de que o conflito é estrutural e não episódico.

De Luna (2017) argumenta que a construção da identidade basca está profundamente vinculada à forma como o passado é lembrado e transmitido socialmente, especialmente em contextos de violência e repressão. Essa leitura encontra eco em Keating (2001), ao destacar que nações sem Estado tendem a desenvolver narrativas próprias como forma de resistência simbólica frente aos discursos oficiais. Argomaniz (2023), ao analisar movimentos cívicos bascos, demonstra que a disputa pela memória não se limita ao campo acadêmico, mas permeia manifestações públicas, educação e mobilização social, reforçando a identidade coletiva como elemento político ativo.

A questão linguística também emerge como fator decisivo nesse processo, funcionando como marcador de pertencimento e fronteira simbólica. Bengoetxea et al. (2025) evidenciam que a língua basca não apenas diferencia grupos, mas atua como instrumento de resistência cultural frente à padronização linguística dos Estados Nacionais. Essa constatação dialoga com De Luna (2017), que associa a preservação do idioma à manutenção da memória coletiva e da continuidade identitária. Keating (2001), por sua vez, ressalta que políticas linguísticas excludentes tendem a intensificar conflitos, pois afetam diretamente o reconhecimento social e político dos grupos minoritários, tornando a língua um campo permanente de disputa.

Por fim, observa-se que as tensões transfronteiriças revelam limites estruturais do modelo de Estado-Nação frente à diversidade cultural. Keating (2001), De Luna (2017) e

estudos recentes sobre identidade e violência política indicam que a ausência de mecanismos eficazes de reconhecimento e diálogo tende a perpetuar conflitos. Assim, o caso basco contribui para reflexões mais amplas sobre democracia plurinacional, autonomia regional e convivência entre identidades distintas no cenário contemporâneo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise desenvolvida, conclui-se que o conflito no País Basco não pode ser compreendido de forma simplificada ou restrita a episódios de violência política. Trata-se de um processo histórico e social complexo, profundamente ligado à condição de uma nação que se encontra dividida entre dois Estados e constantemente tensionada por políticas de homogeneização cultural e centralização do poder.

O estudo evidencia que a persistência das tensões transfronteiriças está diretamente relacionada à dificuldade dos Estados Nacionais em reconhecer identidades plurais e promover formas efetivas de inclusão política e cultural. Nesse sentido, o caso basco oferece importantes contribuições para o debate contemporâneo sobre democracia, autonomia e reconhecimento, indicando que a construção de soluções duradouras passa, necessariamente, pelo diálogo, pelo respeito à diversidade e pela valorização das identidades coletivas.

REFERÊNCIAS

ARGOMANIZ, Javier. *¡Basta Ya! The Basque Civic Movement and Nonviolent Resistance to ETA's Terrorism*. Journal of Peace Research, v. 60, n. 5, p. 608-622, 2023.

BENGOETXEA, Jaione; GONZÁLEZ-DÍOS, Itziar; et al. *Lost in Variation? Evaluating NLI Performance in Basque and Spanish Geographical Variants*. ArXiv, 2025.

DE LUNA, I. B. *Examining Identity, Memory and Conflict in the Basque Country*. Frontiers in Psychology, 2017.

KEATING, Michael. *Plurinational Democracy: Stateless Nations in a Post-Sovereignty Era*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

NATIONAL identity and political violence in the Basque Country. European Journal of Political Research. Cambridge: Cambridge University Press, 2026.